

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações de valor adicionado	17
Notas explicativas às informações financeiras	18

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Há 40 anos, desde a sua fundação, a Centauro já tinha uma visão de construir uma relação emocional com o cliente e ao longo do tempo desenvolveu uma experiência única dentro do esporte.

Sempre fomos vanguardistas e sempre buscamos crescer e ampliar fronteiras. Nos últimos anos, com os avanços da tecnologia e atualização das visões de negócios, nos preparamos para mais um avanço: um ecossistema de esporte, montando um negócio centrado no cliente, não somente no espírito de servir, mas também na forma de construí-lo.

Continuaremos trabalhando diuturnamente para oferecer, na Centauro, a melhor experiência multimarca no varejo esportivo. Precisamos continuar evoluindo nossa plataforma para ser o destino para escolha e compra de produtos esportivos no Brasil.

A primeira prioridade é melhorar a experiência dos clientes que compram nos nossos canais digitais. Temos na junção do físico com o digital a nossa fortaleza e chegou a hora de investir em logística e tecnologia para servir melhor estes clientes. Este será o principal driver de crescimento da Centauro. Importante dizer que a separação dos canais é cada vez mais desnecessária - a jornada dos nossos clientes flui entre o físico e o digital. Mas é primordial avançar na direção de ter a melhor experiência de compra no esporte de toda a internet brasileira.

Além disso, continuaremos aumentando nossa capacidade de distribuição para atingir uma parcela cada vez maior dos consumidores. Já temos mais de 200 pontos mapeados para abrir novas lojas G5 e ainda 150 lojas do modelo antigo que pretendemos reformar para o novo modelo. Além de expandir nossa receita, isso melhora a rentabilidade através da diluição de nossos custos fixos. As lojas são para nós, além de centros de resultados, pontos críticos para acelerar nossa operação digital. São hubs de contato com a marca, de fulfillment e de aquisição de clientes. Esperamos avançar não somente no número de lojas, mas também nestes três pilares do papel das lojas.

O resultado da Centauro em 2020 foi muito afetado pela pandemia. No entanto, o 4T20 mostrou uma recuperação em relação aos trimestres anteriores. A margem bruta, um dos indicadores financeiros mais impactados no ano, foi 3,5 pontos percentuais abaixo do 4T19 contra 5,9 pontos percentuais de queda no 3T20. O desejo de consumir esporte continua forte e no trimestre tivemos crescimento total de 10,9% na receita bruta, sendo 67,4% no digital. Nossa plataforma digital continua sendo uma importante alavanca de crescimento e neste ano alcançamos R\$1 bilhão em vendas (GMV), um crescimento de 79% em relação a 2019. As vendas online representaram 35,6% das nossas vendas totais e, deste volume, 48% foram vendas em nosso aplicativo.

Evidentemente, as lojas fechadas impactam nossos resultados. Quando estão abertas, no entanto, são reflexo da resiliência do nosso negócio. Em um dos piores momentos da história, com eventos esportivos adiados e restrição à prática de esportes, os nossos clientes continuaram visitando as nossas lojas. O mês de Outubro de 2020 é emblemático: foi o primeiro mês depois de 6 meses em que todas as unidades estavam abertas e tivemos um crescimento de vendas de 20%.

Esperamos um 1º semestre em 2021 ainda difícil, em função do recrudesimento da pandemia, mas continuamos acreditando em uma consolidação de mercado através de uma estratégia omnichannel, que se mostrou muito bem-sucedida.

Agradecemos o apoio de nossos investidores e de nosso time nessa longa jornada. Esperamos que continuem nos acompanhando no que vem pela frente!

Obrigado,

A DIRETORIA



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros. Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos. Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras.

Processos de natureza tributária

Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem. Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	167.737	104.929	167.964	104.945	Fornecedores	17	3.138.881	1.779.155	3.138.881	1.781.799
Contas a receber	7	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052	Empréstimos e financiamentos	18	93.275	27.037	93.275	27.037
Partes relacionadas	11	135.363	80.279	87.470	44.611	Obrigações tributárias	19	126.216	63.743	126.220	63.903
Tributos a compensar	8	275.634	284.144	282.972	290.318	Impostos parcelados	20	40.778	47.958	49.417	55.000
Imposto de renda e contribuição social a compensar		15.471	39.799	15.474	39.802	Obrigações trabalhistas e previdenciarias	21	73.250	151.028	73.250	151.028
Estoques	9	618.374	668.512	618.374	668.512	Partes Relacionadas - outras contas a pagar	11	-	5.994	-	5.694
Outras contas a receber		14.876	12.988	17.620	17.094	Outras contas a pagar		57.094	32.348	57.115	32.439
Total do ativo circulante		4.417.436	3.040.157	4.379.855	3.012.334	Arrendamentos a pagar	16	110.053	92.675	110.053	92.675
						Passivos a descoberto em controladas	13	4.123	-	-	-
						Total do passivo circulante		3.643.670	2.199.938	3.648.211	2.209.575
Ativo não circulante											
Aplicações financeiras		324	536	324	536	Passivo não circulante					
Tributos a compensar	8	241.028	396.536	241.028	396.536	Empréstimos e financiamentos	18	278.850	7.552	278.850	7.552
Ativo fiscal diferido	10	219.685	-	250.526	25.034	Debêntures	18	226.762	-	226.762	-
Depósitos judiciais	12	35.778	21.628	116.910	99.602	Impostos parcelados	20	69.872	104.524	99.254	130.385
Total do realizável a longo prazo		496.815	418.700	608.788	521.708	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	668.335	-	668.335
						Provisões para contencioso	12	178.804	142.735	219.273	181.160
						Arrendamentos a pagar	16	1.076.017	1.052.278	1.076.017	1.052.278
						Passivo fiscal diferido		-	1.636	-	-
						Total do passivo não circulante		1.830.305	1.977.060	1.900.156	2.039.710
Investimento	13	-	2.898	-	-	Patrimônio líquido	22				
Imobilizado	14	487.227	452.192	487.227	452.192	Capital social		783.054	452.082	783.054	452.082
Intangível	15	140.000	117.576	140.000	117.576	Reservas de capital		71.050	71.050	71.050	71.050
Direito de uso	16	1.138.661	1.132.892	1.138.661	1.132.892	Reservas de Lucros		352.060	464.285	352.060	464.285
Total do ativo não circulante		2.262.703	2.124.258	2.374.676	2.224.368	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.206.164	987.417	1.206.164	987.417
						Participações de acionistas não controladores	22	-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido	22	1.206.164	987.417	1.206.164	987.417
Total do ativo		6.680.139	5.164.415	6.754.531	5.236.702	Total do passivo e patrimônio líquido		6.680.139	5.164.415	6.754.531	5.236.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	23	3.578.582	4.429.744	3.578.582	4.429.744
Custo das vendas	24	(2.704.752)	(3.218.079)	(2.704.752)	(3.218.079)
Lucro bruto		873.830	1.211.665	873.830	1.211.665
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	25	(786.032)	(738.745)	(786.032)	(738.745)
Despesas administrativas e gerais	25	(200.306)	(208.185)	(205.149)	(208.945)
Outras receitas operacionais líquidas		7.028	407.784	7.028	408.179
Resultado com equivalência patrimonial	13	(7.021)	(5.840)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(112.501)	666.679	(110.323)	672.154
Receitas financeiras	26	94.552	210.269	97.572	216.583
Despesas Financeiras	26	(185.044)	(152.011)	(194.413)	(162.672)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		(90.492)	58.258	(96.841)	53.911
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(202.993)	724.937	(207.164)	726.065
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	10	287.860	(179.447)	292.031	(180.575)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Acionistas controladores		(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Lucro (Prejuízo) líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro (Prejuízo) básico por ação (média ponderada)				(0,08)	0,97
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				(0,08)	0,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	234.486	214.457	234.486	214.457
Juros sobre empréstimos	11.586	26.696	11.586	26.696
Juros sobre debêntures	6.156	-	6.156	-
Juros sobre contratos de mútuos	-	223	-	223
Juros sobre parcelamentos de tributos	4.320	5.992	14.350	5.992
Juros sobre pagamentos em atraso	3.915	261	3.916	261
Juros sobre atraso de impostos	11.934	7.938	11.934	7.960
Resultado de equivalência patrimonial	7.021	5.840	-	-
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	12.187	9.827	12.187	9.827
Baixa residual Arrendamentos	(2.900)	-	(2.900)	-
Provisão para obsolescência do estoque	25.446	26.088	25.446	26.088
Ajuste a valor presente, líquido	3.836	2.105	3.836	2.105
Juros de arrendamento mercantil	101.382	90.278	101.382	90.278
Descontos sobre arrendamento mercantil	(46.108)	-	(46.108)	-
Constituição líquida de provisão para Contingências	51.618	14.724	53.662	15.489
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	-	(577.801)	-	(577.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(287.860)	179.447	(292.031)	180.575
	24.794	511.157	25.677	507.232
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	(1.361.161)	(1.347.570)	(1.363.615)	(1.345.584)
Estoques	24.692	(165.358)	24.692	(165.358)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	254.885	(19.324)	253.721	(19.254)
Outras contas a receber	(1.888)	12.579	(526)	9.320
Depósitos judiciais	(14.150)	(1.694)	(17.308)	(7.330)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.371.023	933.536	1.368.378	936.149
Obrigações tributárias	247.631	36.345	247.475	36.470
Impostos Parcelados	(46.152)	(10.485)	(51.064)	(16.769)
Contingências pagas	(15.549)	(22.803)	(15.549)	(22.803)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(77.778)	10.490	(77.778)	10.490
Juros pagos sobre financiamentos	(9.946)	(14.111)	(9.946)	(14.111)
Juros pagos sobre Debêntures	(5.272)	-	(5.272)	-
Outras contas a pagar	24.746	5.436	24.676	5.512
Imposto de renda e contribuição social pagos	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Variação nos ativos e passivos:	193.989	(623.367)	180.792	(633.676)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	218.783	(112.210)	206.469	(126.444)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(104.717)	(73.920)	(104.717)	(73.920)
Adições no intangível	(61.220)	(45.035)	(61.220)	(45.035)
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	212	-	212	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(165.725)	(118.955)	(165.725)	(118.955)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	360.282	19.041	360.282	19.041
Empréstimos e financiamentos pagos	(24.386)	(355.565)	(24.386)	(355.565)
Emissão de debentures	225.878	-	225.878	-
Arrendamentos Pagos	(153.583)	(199.676)	(153.583)	(199.676)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(668.335)	668.335	(668.335)	668.335
Partes relacionadas	(61.078)	(37.422)	(48.553)	(23.194)
Aumento de capital	330.972	-	330.972	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	9.750	94.713	22.275	108.941
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	62.808	(136.452)	63.019	(136.458)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.929	241.381	104.945	241.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	167.737	104.929	167.964	104.945
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	1.638	1.880	1.638	1.880

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Acionistas controladores	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Resultado abrangente do período	<u>(112.225)</u>	<u>505.082</u>	<u>(112.225)</u>	<u>505.082</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)	
		Reservas de Capital		Reservas de Lucro		Prejuízos acumulados	Total			
		Capital social	Ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva Legal					Reserva de incentivos fiscais
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	Nota	452.082	71.050	-	-	-	(40.797)	482.335	-	482.335
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	505.082	505.082	-	505.082
Constituição de reserva		-	-	-	25.254	439.031	(464.285)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		452.082	71.050	-	25.254	439.031	-	987.417	-	987.417
Aumento de Capital	22	1.530.972	-	-	-	-	-	1.530.972	-	1.530.972
Redução de capital	22	(1.200.000)	-	-	-	-	-	(1.200.000)	-	(1.200.000)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(112.225)	(112.225)	-	(112.225)
Constituição de reserva		-	-	-	-	(112.225)	112.225	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		783.054	71.050	-	25.254	326.806	-	1.206.164	-	1.206.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Demonstrações de Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	4.470.299	5.461.758	4.470.299	5.461.758
Receita Bruta de mercadorias, produtos e serviços	4.470.299	5.461.758	4.470.299	5.461.758
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.321.074)	(3.268.267)	(3.321.587)	(3.268.686)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.939.976)	(2.975.444)	(2.939.976)	(2.975.444)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(339.172)	(235.724)	(339.685)	(236.143)
Perda de valores ativos	(41.926)	(57.099)	(41.926)	(57.099)
Valor Adicionado Bruto	1.149.225	2.193.491	1.148.712	2.193.072
Depreciação, Amortização	(234.486)	(214.457)	(234.486)	(214.457)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia	914.739	1.979.034	914.226	1.978.615
Valor Recebido em Transferência	108.728	630.988	117.687	643.843
Resultado de equivalência patrimonial	(7.020)	(5.840)	-	-
Receitas financeiras	97.140	219.869	99.079	226.491
Outras receitas operacionais	18.608	416.959	18.608	417.352
Valor adicionados Total a Distribuir	1.023.467	2.610.022	1.031.913	2.622.458
Distribuição do Valor Adicionado	1.023.467	2.610.022	1.031.913	2.622.458
Pessoal	294.325	350.555	294.306	350.554
Remuneração direta	223.322	244.205	223.303	244.204
Benefícios	49.784	82.384	49.784	82.384
FGTS	21.219	23.966	21.219	23.966
Impostos, taxas e contribuições	528.772	1.476.631	523.673	1.478.135
Federais	251.159	207.774	250.078	208.082
Estaduais	546.850	1.072.241	546.850	1.072.241
Municipais	18.623	17.169	18.776	17.237
Impostos diferidos	(287.860)	179.447	(292.031)	180.575
Remuneração de capitais de terceiros	272.050	259.800	281.420	270.461
Despesas financeiras (Juros, taxas, cambial)	270.290	204.601	279.660	215.262
Aluguéis	1.760	55.199	1.760	55.199
Outras Distribuições	40.545	17.954	44.739	18.226
Viagens e estadia	5.367	13.561	5.367	13.561
Seguros e Indenizações	7.590	4.414	7.592	4.811
Outras despesas	27.588	(21)	31.780	(146)
Remuneração de Capitais Próprios	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Lucros retidos	(112.225)	505.082	(112.225)	505.082
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Controladora”, ou “SBF Comércio”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, compreendem a Companhia controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto “SBF Comércio” ou “Companhia”.

Em 18 de junho de 2020 foi aprovado a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresária limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional.

Canais de venda:

- Rede física representada por 211 lojas (210 lojas em 2019); e
- Comércio eletrônico através do site *centauro.com.br*;

Centros de distribuição

- Extrema – Minas Gerais
- Jarinu – São Paulo
- João Pessoa – Paraíba
- Duque de Caxias – Rio de Janeiro
- Itajaí – Santa Catarina

1.2 Coronavírus (“Covid-19”)

a) Contexto cenário Covid-19

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A imensa maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias mundiais e os principais blocos econômicos vêm dando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a recessão da economia que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

Para de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

- a) A Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.
- b) Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 22 de março de 2020, sem data definida de retorno das atividades. A partir do dia 25 de abril de 2020, a Companhia iniciou a reabertura gradual de lojas em algumas unidades da Centauro. As decisões para as retomadas são analisadas individualmente e seguindo critérios técnicos sobre a extensão da pandemia em cada município, bem como a liberação pela legislação do governo local com o intuito de garantir a segurança das pessoas e do negócio. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, algumas lojas precisaram ser fechadas novamente.
- c) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, durante o ano de 2020, a Companhia efetuou novas captações de financiamentos, e antecipações de recebíveis junto a administradoras de cartão de crédito.
- d) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis.
- e) Contenção de despesas com pessoal: No dia 13 de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: não obstante a grande incerteza de cenário econômico ainda vigente, a Companhia atualizou seu plano de negócio para os próximos anos, considerando as premissas observáveis até então, como por exemplo: o fechamento temporário de suas lojas físicas e a posterior reabertura gradual de acordo com o mapa de riscos citado acima, bem como a inicial migração de vendas para os canais de comércio eletrônico. Ainda que tenha realizado um teste de estresse de cenário, a Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que se ocorrer alguma mudança significativa nos cenários utilizados, a Companhia deverá rever suas projeções.
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: De acordo com análises internas, houve uma diminuição do fluxo de vendas vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes de realizar as compras diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Assim, a Companhia não registrou provisões em 31 de dezembro de 2020, devido a maior parte dos valores em contas a receber

serem formados por administradores de cartão de crédito. Mais detalhes sobre as contas a receber estão divulgados na nota explicativa 7.

- c) Risco de perda por realização dos estoques: As perdas são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas somente na realização dos inventários, que refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da estimativa. Analisamos possíveis impactos nas estimativas de perdas em estoque por conta do COVID-19 e não identificamos necessidade de alteração na política de estimativa de perdas.
- d) Redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”: a Companhia realizou análises referente a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. As premissas utilizadas para as referidas análises foram consistentes com as demais premissas utilizadas em outras análises para a elaboração das Demonstrações Financeiras anuais. As projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revisitadas considerando o cenário atual devido ao surto da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos, não tendo sido identificadas nenhuma situação de registro de impairment.
- e) Tributos diferidos: Atualizamos as projeções das análises, sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controladora e suas controladas, considerando os efeitos do COVID-19 em 2020, e não identificamos a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente, mais detalhes sobre os tributos diferidos estão na nota explicativa nº 10.
- f) A Companhia analisou suas receitas de lojas físicas e receitas de multicanalidade atreladas às lojas físicas, que estão relacionadas principalmente a venda de produtos em lojas de shopping centers em todo o Brasil, e constatou uma redução nas vendas até Dezembro de 2020, devido ao fechamento dos shoppings, para o canal de lojas físicas em aproximadamente 30,06% comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, houve uma expressiva aceleração no e-commerce tradicional que resultou em um aumento nas vendas de 67,93% neste mesmo período mencionado, além do crescente desempenho de vendas pelo marketplace que foi de 143,76%.

2 Empresas do grupo

	Participação societária		Atividade
	Direta		
	2020	2019	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	99,99%	99,99%	Comércio Esportivo

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Assembléia Geral em 30 de Março de 2021

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 16** – Operações de arrendamentos

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota 12** - Reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 14**- Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A Companhia controla uma empresa quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente para a Companhia.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e

- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. O ajuste a valor presente foi reconhecido nas transações de contas a receber (nota explicativa 6) e fornecedores (nota explicativa 16), tendo como contrapartida a receita líquida e estoques, respectivamente. O desconto a valor presente foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira, respectivamente (nota explicativa 22).

d. Lucro por ações

O cálculo do lucro básico por cotas foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de cotas em circulação.

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por cotas são iguais aos prejuízos básicos por cotas devido ao efeito antidilutivo das opções de cotas em circulação.

e. Subvenção Governamental

A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos Estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados.

f. Receitas e despesas com fretes

As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de *e-commerce* são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo dos produtos vendidos.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, AVP - ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos

obtidos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), AVP - ajuste a valor presente sobre fornecedores, juros sobre impostos parcelados e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

i. Impostos de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As empresas da Companhia são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as empresas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Os softwares referem-se aos gastos com licenças do sistema de gestão empresarial.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

m. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

n. Receitas de vendas de mercadorias ou serviços

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

- **Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias através do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa 23.

o. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. Consequentemente, a administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional pois as

decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

p. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

q. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia ser considerada líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo

arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, por considerar que não há impactos significativos nas demonstrações financeiras da Entidade.

- a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); e
- c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:
 - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas	8.597	9.008	8.597	9.008
Bancos	11.636	11.953	11.863	11.969
Aplicações financeiras	147.504	83.968	147.504	83.968
	167.737	104.929	167.964	104.945

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 54% a 100% (77% a 100% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7 Contas a receber

Controladora		Consolidado	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019

Administradora de cartão de crédito	(a)	612.036	585.048	612.036	585.048
Duplicatas a receber		7.833	4.597	7.833	4.597
Subtotal		619.869	589.645	619.869	589.645
Duplicatas a receber - Intercompany	(nota 11)	2.573.405	1.266.474	2.573.405	1.264.020
Ajuste a valor presente		(3.293)	(6.613)	(3.293)	(6.613)
		3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052

- (a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 31 de dezembro de 2020 compõem o saldo de R\$ 4.241 (R\$ 10.905 em 2019) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia.

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 22 no montante de R\$ 5.643 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.490 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que essa carteira de recebíveis é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente, a Companhia não apresenta perdas na realização do contas a receber. O saldo apresentado esta líquido das operações de venda de recebível (desconto).

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 120 dias	245	202
Vencidos acima de 90 dias	70	137
Vencidos até 90 dias	148	86
Vencidos até 60 dias	117	19
Vencidos até 30 dias	399	700
A vencer até 30 dias	226.190	215.797
A vencer de 31 a 60 dias	139.174	122.885
A vencer de 61 a 90 dias	84.468	91.154
A vencer de 91 a 120 dias	53.876	50.463
A vencer acima de 121 dias	115.182	108.202
Total	619.869	589.645

8 Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (a)	34.905	78.587	34.905	78.587
PIS (b)	41.135	41.126	41.522	41.363
COFINS (b)	189.442	162.321	191.451	163.410
IRRF	6.834	925	6.834	925
INSS	3.316	1.176	8.258	6.024
IOF	2	9	2	9
ISS	-	-	-	-
Ativo circulante	275.634	284.144	282.972	290.318
ICMS	58.154	13.982	58.154	13.981
PIS (b)	28.810	80.742	28.810	80.742

COFINS (b)	226.396	399.028	226.396	399.029
(-) Redução crédito PIS e COFINS	(72.332)	(97.216)	(72.332)	(97.216)
Ativo não circulante	241.028	396.536	241.028	396.536
Total a compensar	516.662	680.680	524.000	686.854

A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia consultou os seus advogados externos que, para a tese, passaram a classificá-la como êxito provável. Para definição sobre o assunto em relação ao passado, o STF – Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e seus advogados externos, com base em todas as decisões de modulação proferidas pelo STF - Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa.

No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, possibilitando o reconhecimento de R\$ 675.017, em 31 de dezembro de 2019, para o período de 2004 a 2019, com base em informações históricas, obrigações acessórias fiscais e contábeis, em lei aplicável ao caso, assessoria jurídica e com auxílio de consultoria especializada. Dessa forma, o montante foi mensurado com razoável confiabilidade. O montante foi registrado, nas linhas de outras receitas e receita financeira e, nas mesmas linhas, houve o registro de uma provisão no valor de R\$ 72.332, reduzindo do valor do crédito, totalizando desta forma um saldo líquido de R\$ 602.685, por estar ao aguardo de uniformização jurisprudencial.

Ademais, nos termos determinados pelo CPC 25 e com base em avaliações realizadas pelos seus assessores externos, a Companhia considerou ser um ativo não contingente e classificado como “praticamente certo” para a apuração do montante do crédito.

A Administração, inclusive, já iniciou a utilização dos créditos através de pedidos de compensação, em 31 de dezembro de 2020 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 393.613, e a previsão de utilização dos créditos, devido ao efeito da pandemia COVID-19, foi reavaliada, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias, e consequentemente, a estimativa do prazo de utilização desses créditos. E tem a expectativa de realização destes créditos conforme quadro abaixo:

Utilização	
Até 12 meses	226.646
De 12 a 24 meses	161.958
De 24 a 36 meses	5.009
Total	393.613

Em 2020 a Companhia registrou a baixa da diferença temporária de IRPJ e CSLL sobre o crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e reconheceu a obrigação tributária a recolher, em virtude da habilitação do crédito.

9 Estoques – controladora e consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadoria de revenda (lojas)	438.788	544.246
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	170.040	114.334
Importação em andamento	4.004	5.704
Almoxarifado	5.542	4.228
	618.374	668.512

Movimentação de provisão para perdas

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Saldo inicial	(11.604)	(10.882)
Adição	(25.446)	(26.088)
Perdas efetivas nos estoques	21.257	25.366
Saldo Final	(15.793)	(11.604)

A Companhia registrou constituição para provisão de R\$ 25.446 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 26.088 em 31 de dezembro de 2019). A provisão de R\$ 15.793 (R\$ 11.604 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R\$ 21.257 (R\$ 25.366 em 31 de dezembro de 2019) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

10 Ativo fiscal diferido - consolidado

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

Consolidado

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	128.389	101.130	-	-	128.389	101.130
Provisões gerais e contingências	55.558	46.853	-	-	55.558	46.853
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	-	-	1.874	3.461
Provisão para estoques	5.370	3.945	-	-	5.370	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	-	-	848	10.936
Depreciação	136.570	72.156	(101.766)	(54.888)	34.804	17.268
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.157)	23.683	37.893
Créditos tributários (PIS/COFINS)	-	-	-	(196.452)	-	(196.452)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	399.659	309.531	(149.133)	(284.497)	250.526	25.034
Montante passível de compensação	(149.133)	(284.497)	149.133	284.497	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	250.526	25.034	-	-	250.526	25.034

Controladora

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	96.459	80.820	-	-	96.459	80.820
Provisões gerais e contingências	56.647	40.493	-	-	56.647	40.493
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	3.461	-	-	1.874	3.461

Provisão para estoques	5.370	3.945	-	-	5.370	3.945
Provisão de bônus	848	10.936	-	-	848	10.936
Depreciação(*)	136.570	72.156	(101.766)	(54.888)	34.804	17.268
Ágio	71.050	71.050	(47.367)	(33.157)	23.683	37.893
Créditos tributários (PIS/COFINS)	-	-	-	(196.452)	-	(196.452)
Lucro nos estoques					-	-
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	368.818	282.861	(149.133)	(284.497)	219.685	(1.636)
Montante passível de compensação	(149.133)	(284.497)	149.133	284.497	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	219.685	(1.636)	-	-	219.685	(1.636)

A Companhia preparou um estudo técnico, com base em projeção de resultados futuros, para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos exercícios.

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros para utilização do ativo fiscal diferido

As principais premissas são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem EBITDA anual, conforme abaixo:

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos com previsão de eventos como Copa do mundo, entre outros, resultando em um crescimento médio de 13,4% a.a.

Ganho de margem EBITDA

Foi considerado um aumento de margem EBITDA baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,13%p.p. a.a..

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro é suficiente para o uso total do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 250.526, a Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 1,16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não impacto significativo, quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborados.

A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	31/12/2020
2021	18.480
2022	30.770
2023	35.438
2024	42.389
2025	30.275
2026	5.280
2027	5.280
2028	5.280
2029	77.334
	250.526

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Não houve ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Movimento das diferenças temporárias

Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	101.130	79.588	7.105	(59.434)	128.389
Provisões gerais e contingências	46.853	8.705	-	-	55.558
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	-	-	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.425	-	-	5.370
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	-	-	848
Depreciação	17.268	17.536	-	-	34.804
Ágio	37.893	-	(14.210)	-	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	-	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	25.034	292.031	(7.105)	(59.434)	250.526

Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/03/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	80.820	67.968	7.105	(59.434)	96.459
Provisões gerais e contingências	40.493	16.154	-	-	56.647
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(1.587)	-	-	1.874
Provisão para estoques	3.945	1.425	-	-	5.370
Provisão de bônus	10.936	(10.088)	-	-	848
Depreciação	17.268	17.536	-	-	34.804
Ágio	37.893	-	(14.210)	-	23.683
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	-	-	-
Lucro nos estoques	-	-	-	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	(1.636)	287.860	(7.105)	(59.434)	219.685

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(202.993)	724.937	(207.164)	726.065
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	69.018	(246.479)	70.437	(246.862)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(6.047)	(7.855)	(6.047)	(10.586)
Exclusões permanentes:				
Exclusão - Incentivo Fiscal	22.059	34.305	22.059	34.305
Outras Exclusões	4.543	2.249	4.908	2.249
Outros itens:				

Efeito no resultado de equivalência patrimonial	(2.387)	(1.986)	-	-
Prejuízo sem constituição de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	(755)	-	(755)	-
Outros	4.337	(89)	4.337	(89)
Imposto de renda e contribuição social*	90.768	(219.855)	94.939	(220.983)
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	(197.092)	(40.408)	(197.092)	(40.408)
Diferido	287.860	(179.447)	292.031	(180.575)
Alíquota efetiva	-44,71%	-30,33%	45,83%	30,44%

* A variação incorrida, refere-se a incidência do imposto, após a habilitação do crédito gerado na exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS.

11 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e empréstimos por mútuo com empresas relacionadas com operações complementares, em transações semelhantes em condições usuais de mercado, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Contas a receber				
Grupo SBF SA	87.470	44.591	87.470	44.591
VBLOG Logística e Transportes	-	20	-	20
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	47.893	35.668	-	-
	135.363	80.279	87.470	44.611
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante - Contas a pagar				
Grupo SBF SA	-	5.674	-	5.674
VBLOG Logística e Transportes	-	20	-	20
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	300	-	-
	-	5.994	-	5.694
Adiantamento para futuro aumento de capital de controladora (*)	-	668.335	-	668.335

(*) Refere-se a aos recursos recebidos da Controladora Grupo SBF SA no montante R\$ 668.335 como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Transações comerciais

A SBF Comércio realiza operações com as Companhias pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo:

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de

prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Existe um contrato assinado entre a SBF e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e o preço praticado é definido pelo valor de mercado com base na tabela de frete para os segmentos determinados.

A Companhia também efetua operações de compra e venda com a empresa Fisia comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro.

Os resultados gerados entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Venda de mercadorias – Premier Distribuidora	1.383.375	1.939.488
Custo de mercadoria vendida – Premier Distribuidora	(1.432.949)	(1.905.947)
Frete e logística – VBLOG logística	(32.936)	(30.702)
	<u>(82.510)</u>	<u>2.839</u>

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora e Vblog Logística. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas e em critérios consistentes ao longo dos períodos.

Os valores de contas a receber da nota nº 7 e fornecedores da nota nº 17 das operações descritas acima são discriminados no quadro a seguir:

Contas a receber	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Premier Distr. De Vest. Equipos E Acess. Ltda	2.473.945	1.201.897
Vblog Logística e transportes Ltda.	99.460	62.122
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	1
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	2.454
	<u>2.573.405</u>	<u>1.266.474</u>
Fornecedores		
Premier Distr. De Vest. Equipos E Acess. Ltda	2.324.229	1.073.225
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	165.607	-
Vblog Logística e transportes Ltda.	96.242	55.492
Grupo SBF SA	3.078	-
	<u>2.589.156</u>	<u>1.128.717</u>

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R\$ 15.608 (R\$ 15.481 em dezembro de 2019).

Transações eliminadas na consolidação

Transações comerciais entre empresas eliminadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Contas a receber		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A	47.893	38.122
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	300
	47.893	38.422
Passivo circulante - Contas a pagar		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A	-	300
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	47.893	38.122
	47.893	38.422

Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2020	31/12/2019	
	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	7.010	5.616	6.034
Participação nos lucros	5.908	-	15.815
	12.918	5.616	21.849

12 Depósitos judiciais e provisões para contencioso

Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	25.733	7.546	81.846	62.357
Depósitos judiciais – Rendimentos	4.987	4.939	30.006	28.102
Bloqueio Judicial – Trabalhista	5.058	9.143	5.058	9.143
Total	35.778	21.628	116.910	99.602

Em 2020 a Companhia ingressou com ação judicial com a discussão referente ao pagamento de diferencial de alíquota (partilha) pagas ao destino nas vendas geradas pelo E-commerce, com decisão liminar autorizando a depositar em juízo este valor até decisão definitiva.

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2020
Depósitos judiciais	62.357	26.030	(5)	(6.536)	81.846
Depósitos judiciais - Rendimentos	28.102	2.416	(463)	(49)	30.006
Bloqueio Judicial - Trabalhista	9.143	1.219	(3.779)	(1.525)	5.058
Total	99.602	29.665	(4.247)	(8.110)	116.910

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Depósitos judiciais	65.300	4.142	(7.042)	(43)	62.357
Depósitos judiciais - Rendimentos	24.431	3.671	-	-	28.102
Bloqueio Judicial - Trabalhista	2.541	29.591	(3.211)	(19.778)	9.143
Total	92.272	37.404	(10.253)	(19.821)	99.602

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e, as reversões, representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia.

Provisões para contencioso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cível / Consumidor (a)	12.823	2.601	12.823	2.601
Trabalhistas (b)	32.015	33.962	32.015	33.962
Tributário (c)	133.966	106.172	174.435	144.597
Total	178.804	142.735	219.273	181.160

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2020
Cível / Consumidor (a)	2.601	13.855	(3.633)	-	12.823
Trabalhistas (b)	33.962	11.821	(11.916)	(1.852)	32.015
Tributário (c)	144.597	38.375	-	(8.537)	174.435
Total	181.160	64.051	(15.549)	(10.389)	219.273

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Cível / Consumidor (a)	2.679	1.666	(1.742)	(2)	2.601

Trabalhistas (b)	44.233	14.505	(20.731)	(4.045)	33.962
Tributário (c)	141.562	3.365	(330)	-	144.597
Total	188.474	19.536	(22.803)	(4.047)	181.160

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. *Processos de natureza cível / consumidor*

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui R\$ 12.823 (R\$ 2.601 em 31 de dezembro de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível, o valor é de R\$ 41.257 (R\$ 44.833 em 31 de dezembro de 2019) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências.

b. *Processos de natureza trabalhista*

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em Dezembro de 2020, a Companhia possui R\$ 32.015 (R\$ 33.962 em 31 de dezembro de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 73.159 (R\$ 71.244 em 31 de dezembro de 2019) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências

c. *Processos de natureza tributária*

Processos com risco de perda provável

Em dezembro de 2020, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 174.435 (R\$ 144.597 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. e discursão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados.

Também há discussão perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre eventuais saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais, ocasionada por suposto lapso operacional no momento da cisão em 2005. Há outras discussões acerca da classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Processos com risco de perda possível

Processos federais

Os processos federais em que as empresas do Grupo figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 243.411 (R\$ 260.379 em dezembro de 2019), conforme avaliação dos assessores jurídicos, com defesa fundamentada ,em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2020	31/12/2019
FGTS	88.151	84.832
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL	50.785	48.228
IRPJ e CSLL	94.650	92.304
IPI	169	25.596
PIS / COFINS	34	-
IOF	7.271	7.105
INSS	599	589
Outros	1.752	1.725
Total	243.411	260.379

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 88.151 (R\$ 84.832 em dezembro de 2019).
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existem discussões no montante de R\$ 49.322 (R\$ 48.228 em dezembro de 2019) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.463 referente à multa agravada.
- (c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 28.086 (R\$ 27.583 em dezembro de 2019), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R\$ 66.237 (R\$ 64.590 em dezembro de 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos. as demais discussões perfazem o montante de R\$ 327 (R\$ 131 em 2019).
- (d) **IPI** – Existe discussão no montante de R\$ 169 (R\$ 25.596 em dezembro de 2019) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (e) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras no montante de R\$ 7.271 (R\$ 7.105 em dezembro de 2019), do período de 2014 e 2015.
- (f) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R\$ 599 (R\$ 589 em dezembro de 2019).
- (g) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 1.752 (R\$ 1.725 em dezembro de 2019).

Processos Estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2020, a Companhia possui 22,6% da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 178.668 (R\$ 180.539 em dezembro de 2019), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco.

Processos Municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em dezembro de 2020, o montante de R\$ 529 (R\$ 932 em dezembro de 2019), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os exercícios de 2014 a 2016.

13 Investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	(4.123)	2.898
Total	(4.123)	2.898

A movimentação dos investimentos no exercício é apresentada a seguir:

Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2018	8.738
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(5.840)
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2019	2.898
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(7.021)
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2020	(4.123)

A movimentação dos investimentos estão apresentadas a seguir:

Investimento 31.12.2020

	Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.
Ativo	122.286
Passivo	126.409
Patrimônio líquido	(4.123)
Participação	99,9999%
Investimento	(4.123)
Prejuízo)	(7.021)
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	(7.021)
<u>Investimento 31.12.2019</u>	Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.
Ativo	115.243
Passivo	112.345
Patrimônio líquido	2.898
Participação	99,9999%
Investimento	2.898
Prejuízo)	(5.840)
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	(5.840)

14 Ativo Imobilizado – controladora e consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	20	130.205	(90.126)	40.079	33.053
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	58.244	(39.893)	18.351	21.689
Móveis e utensílios	10	166.451	(82.151)	84.300	73.193
Veículos	20	135	(119)	16	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	568.198	(223.717)	344.481	324.214
		<u>923.233</u>	<u>(436.006)</u>	<u>487.227</u>	<u>452.192</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final em 31/12/2020
Computadores e periféricos	107.931	1.248	(618)	21.644	130.205
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.521	877	(2.810)	656	58.244
Móveis e utensílios	149.097	915	(8.039)	24.478	166.451
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.744	219	(17.083)	56.318	568.198
Construções em andamento (a)	-	103.096	-	(103.096)	-
Custo do imobilizado	<u>845.428</u>	<u>106.355</u>	<u>(28.550)</u>	<u>-</u>	<u>923.233</u>
Computadores e periféricos	(74.878)	(15.821)	573	-	(90.126)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.832)	(4.495)	2.434	-	(39.893)
Móveis e utensílios	(75.904)	(12.544)	6.297	-	(82.151)
Veículos	(92)	(27)	-	-	(119)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(204.530)	(26.640)	7.453	-	(223.717)

Depreciação	<u>(393.236)</u>	<u>(59.527)</u>	<u>16.757</u>	<u>-</u>	<u>(436.006)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>452.192</u>	<u>46.828</u>	<u>(11.793)</u>	<u>-</u>	<u>487.227</u>

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2019
Computadores e periféricos	109.842	1.536	(14.333)	10.886	107.931
Máquinas, equipamentos e ferramentas	53.158	2.367	(2.314)	6.310	59.521
Móveis e utensílios	124.588	3.662	(5.693)	26.540	149.097
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	516.590	4.678	(12.115)	19.591	528.744
Construções em andamento (a)	-	63.327	-	(63.327)	-
Custo do imobilizado	<u>804.313</u>	<u>75.570</u>	<u>(34.455)</u>	<u>-</u>	<u>845.428</u>
Computadores e periféricos	(74.470)	(14.615)	14.170	37	(74.878)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(35.672)	(4.069)	1.909	-	(37.832)
Móveis e utensílios	(69.887)	(10.211)	4.170	24	(75.904)
Veículos	(65)	(27)	-	-	(92)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(176.785)	(32.563)	4.879	(61)	(204.530)
Depreciação	<u>(356.879)</u>	<u>(61.485)</u>	<u>25.128</u>	<u>-</u>	<u>(393.236)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>447.434</u>	<u>14.085</u>	<u>(9.327)</u>	<u>-</u>	<u>452.192</u>

- (a) O saldo de construções em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

Avaliação de impairment

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, não existiam indícios de perda na recuperação dos seus ativos e portanto não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

15 Intangível – controladora e consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de comércio	Conforme contrato	16.692	(11.463)	5.229	3.496
Software	20	257.472	(122.701)	134.771	114.078
Marcas direito e patente	10	43	(43)	-	2
		<u>274.207</u>	<u>(134.207)</u>	<u>140.000</u>	<u>117.576</u>

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2020
Fundo de comércio	14.451	2.842	(601)	-	16.692
Software	199.116	93	(22)	58.285	257.472
Marcas direito e patente	43	-	-	-	43
Software em andamento	-	58.285	-	(58.285)	-
Custo do intangível	213.610	61.220	(623)	-	274.207
Fundo de comércio	(10.955)	(729)	221	-	(11.463)
Software	(85.038)	(37.671)	8	-	(122.701)
Marcas direito e patente	(41)	(2)	-	-	(43)
Amortização	(96.034)	(38.402)	229	-	(134.207)
Total do intangível líquido	117.576	22.818	(394)	-	140.000

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 , está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2019
Fundo de comércio	13.303	2.499	(1.351)	-	14.451
Software	156.601	438	(21)	42.098	199.116
Marcas direito e patente	46	-	(3)	-	43
Software em andamento	-	42.098	-	(42.098)	-
Custo do intangível	169.950	45.035	(1.375)	-	213.610
Fundo de comércio	(11.352)	(452)	849	-	(10.955)
Software	(54.007)	(31.052)	21	-	(85.038)
Marcas direito e patente	(37)	(9)	5	-	(41)
Amortização	(65.396)	(31.513)	875	-	(96.034)
Total do intangível líquido	104.554	13.522	(500)	-	117.576

Conciliação de fluxo de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação de imobilizado	59.527	61.485
Amortização de intangível	38.402	31.513
Depreciação de arrendamento mercantil	136.557	121.459
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	234.486	214.457
Despesa com depreciação - despesas com vendas	170.668	155.294
Despesa com depreciação - despesas gerais e administrativas	53.062	47.452
Total	223.730	202.746

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados e intangíveis (notas 14, 15 e 16) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa 25 nos montantes de R\$ 10.756 em 2020 (R\$ 11.711 em dezembro de 2019) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha de despesas com impostos na demonstração do resultado do período.

16 Operações de arrendamento mercantil – controladora e consolidado

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 10 a 25 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2020 estes benefícios resultaram em um montante de R\$ 46.108 reconhecido no resultado da Companhia

Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.132.892	1.132.892
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	164.510
(-) Depreciação	(136.557)	(136.557)
(-) Baixas de contratos	(22.184)	(22.184)
Total	1.138.661	1.138.661

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado	
	Arrendamento	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	923.424
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	330.927
(-) Depreciação	(121.459)	(121.459)
Total	1.132.892	1.132.892

Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.144.953	1.144.953
(+/-) Novos contratos e Remensuração	164.510	164.510
Apropriação Juros incorridos	101.382	101.382
(-)Pagamentos passivo de arrendamento	(153.583)	(153.583)
(-)Descontos obtidos	(46.108)	(46.108)

(-) Baixas de contratos	(25.084)	(25.084)
Total	1.186.070	1.186.070
Circulante	110.053	110.053
Não circulante	1.076.017	1.076.017

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado	
	Arrendamento	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	923.424
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	330.927
Apropriação Juros incorridos	90.278	90.278
(-)Pagamentos passivo de arrendamento	(199.676)	(199.676)
Total	1.144.953	1.144.953
Circulante	92.675	92.675
Não circulante	1.052.278	1.052.278

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Até 1 ano	110.053	110.053
Entre 1 e 5 anos	504.441	504.441
Mais de 5 anos	571.576	571.576
Grupo como arrendatário	1.186.070	1.186.070

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No período de findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 43.703 (R\$ 50.651 em dezembro de 2019) referente as despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis. Vide nota 25.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias para revenda	453.445	570.468	453.445	570.468
Fornecedores de materiais de consumo	97.999	83.214	97.999	85.858
Subtotal	551.444	653.682	551.444	656.326
Fornecedores de mercadorias - Intercompany	2.589.156	1.128.717	2.589.156	1.128.717
Ajuste a valor presente	(1.719)	(3.244)	(1.719)	(3.244)
	3.138.881	1.779.155	3.138.881	1.781.799

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços. Próximo ao final do exercício fiscal, a Companhia abastece seu estoque para as demandas de final e início de ano, por isso há uma concentração maior de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2020.

A partir de 2019 A Companhia ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto as instituições financeiras, cujo principal objetivo deste programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos a venda de seus recebíveis antes da data de vencimento, sem direito a regresso, Essas operações de antecipações com fornecedores não estendem significativamente as condições de pagamentos além dos termos normais acordados com os fornecedores, Em 31 de dezembro de 2020 havia o montante de R\$ 56.837 (em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 61.980).

18 Empréstimos e financiamentos – controladora e consolidado

Empréstimos	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro	365.262	32.698
Financiamento de bens	6.863	1.892
Sub Total empréstimos	372.125	34.590
Debêntures	226.762	-
Total	598.887	34.590

Empréstimos e financiamentos	93.275	27.037
Debêntures	-	-
Circulante	93.275	27.037
Empréstimos e financiamentos	278.850	7.553
Debêntures	226.762	-
Não Circulante	505.612	7.552

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2020
Capital de Giro	32.698	352.400	(21.473)	(9.340)	10.978	365.262
Financiamento de bens	1.892	7.882	(2.913)	(606)	608	6.863
Empréstimos e financiamentos	34.590	360.282	(24.387)	(9.946)	11.586	372.125
Debêntures	-	225.878	-	(5.272)	6.156	226.762
Total	34.590	586.160	(24.387)	(15.218)	17.742	598.887

As conciliações das movimentações patrimonial dos passivos financeiros de 2019 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2019	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	31/12/2019
Capital de Giro	352.751	18.058	(350.692)	(12.884)	25.465	32.697
Financiamento de bens	5.778	983	(4.873)	(1.227)	1.231	1.892

Total	358.528	19.041	(355.565)	(14.111)	26.696	34.589
--------------	----------------	---------------	------------------	-----------------	---------------	---------------

Com a entrada dos recursos advindos da emissão de ações, a Administração liquidou grande parte dos empréstimos que estavam em aberto.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 84,43% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 5,66% a.a em 2020 (6,93% em dezembro de 2019).

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a	2020			2019		
			Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante	Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante
Capital de Giro (a)	R\$	105% CDI a.a - 100% CDI + 3,8%a.a	371.686	90.464	274.798	31.686	25.402	7.295
Financiamento de Bens (a)	R\$	100% CDI + 4%a.a a 13,10%a.a	10.849	2.811	4.052	4.967	1.635	257
Empréstimos e financiamentos			382.535	93.275	278.850	36.653	27.037	7.552
Debenture (b)	R\$	100% CDI + 3,4 %a.a	230.000	-	226.762	-	-	-
Total de empréstimos e Financiamentos			612.535	93.275	505.612	36.653	27.037	7.552

- (a) São garantidos por alienação fiduciária dos bens.
- (b) Em 29 de junho de 2020, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R\$230.000.000,00. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 230.000 debêntures em 06 de julho de 2020, no valor unitário de R\$1.000,00.

A Companhia não apresenta cláusulas restritivas exigíveis nos contratos existentes na data-base.

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	90.464	120.083	76.988	77.727	365.262
Financiamento de Bens	2.811	2.759	1.293	-	6.863
Empréstimos e financiamentos	93.275	122.842	78.281	77.727	372.125
Debêntures	-	74.366	75.955	76.441	226.762
Total	93.275	197.208	154.236	154.168	598.887

O quadro acima demonstra os empréstimos e financiamentos de acordo com os vencimentos originais.

19 Obrigações tributárias - Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	9.516	-

CSLL	3.663	-
PIS	1.691	4.065
COFINS	4.598	18.060
ICMS	59.494	37.748
ISS	927	491
IRRF	2.307	2.727
IPI (*)	42.046	-
Outros	1.978	812
Passivo Circulante	126.220	63.903

(*) Em relação ao montante do IPI acima verificado, ressaltamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos da Companhia passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte do Fisco Federal, a Companhia, conservadoramente, optou por provisionar o montante a ser eventualmente discutido, do período de janeiro 2016 a dezembro 2020, no valor de R\$ 42.046.

20 Impostos parcelados controladora e consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamentos de tributos Estaduais	61.427	91.820	62.220	93.261
Parcelamentos de tributos Federais	49.214	60.635	86.442	92.097
Parcelamentos de tributos Municipais	9	27	9	27
Total impostos parcelados	110.650	152.482	148.671	185.385
Passivo circulante	40.778	47.958	49.417	55.000
Passivo não circulante	69.872	104.524	99.254	130.385

As movimentações dos impostos parcelados para o período findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2019	196.162
Adesão dos impostos Estaduais	20.533
Adesão dos impostos Federais	29.719
Juros provisionados sobre parcelamentos	5.992
Reversão de Juros	(1.304)
Parcelas pagas	(65.717)
Saldo em 01/01/2020	185.385
Adesão dos impostos Estaduais	5.876
Juros provisionados sobre parcelamentos	14.350
Parcelas pagas	(56.940)
Saldo em 31/12/2020	148.671

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total Geral	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
--------	------------	----------------	-------------	------	------	------	------	----------------

RJ	10.656	18.531	29.187	10.656	7.875	-	-	-
MG	5.638	6.319	11.957	5.575	744	-	-	-
DF/GO	6.481	5.017	11.498	5.017	-	-	-	-
SP	1.841	2.944	4.785	1.841	1.103	-	-	-
Outros	2.201	2.592	4.793	1.722	852	18	-	-
Total Estaduais	26.817	35.403	62.220	24.811	10.574	18	-	-
Parcelamentos ordinários	14.249	34.494	48.743	14.249	12.247	7.998	-	-
Refis lei 11.941	8.104	27.831	35.935	8.104	8.104	8.104	3.519	-
Outros	238	1.526	1.764	237	237	237	237	578
Total Federais	22.591	63.851	86.442	22.590	20.588	16.339	3.756	578
Campinas	9	-	9	-	-	-	-	-
Total Municipais	9	-	9	-	-	-	-	-
Total Parcelamentos	49.417	99.254	148.671	47.401	31.162	16.357	3.756	578

Parcelamentos estaduais

Adicionalmente, possuímos parcelamentos de tributos estaduais em andamento. Por exemplo, em São Paulo foi instituído o Programa Especial de Parcelamento – PEP (Decreto nº 62.709, de 19 de julho de 2017 e Decreto nº 60.599, de 04 de julho de 2014), cujo saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 4.785 (R\$ 2.630 em 31 de dezembro de 2019)

Em Minas Gerais, foram instituídos os Programas Regularize (Lei n.º 22.549 de 30 de junho de 2017) e Minas em Dia (Decreto nº 43.839, de 29 de julho de 2004), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 11.957 (R\$ 18.159 em 31 de dezembro de 2019)

Já no Estado do Rio de Janeiro foram realizados parcelamentos ordinários (Decreto n.º 44.007 de 27 de dezembro de 2012) e adesão ao Programa Especial de Pagamentos de Débitos Tributários – “PPD 2018” (Decreto nº 46.453, de 10 de outubro de 2018), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 29.187 (R\$ 41.441 em 31 de dezembro de 2019)

No Distrito Federal os parcelamentos ordinários firmados com o estado foram migrados para o parcelamento Especial instituído pela Lei Complementar nº 976/2020, o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 11.498 (R\$ 23.275 em 31 de dezembro de 2019)

Nos Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram realizados parcelamentos ordinários (Lei nº 11.580/96 e RICMS/2017, RICMS/SC e Portaria SEF Nº 080/2011, Instrução Normativa DRP Nº 045/98, respectivamente) sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 2.220 (R\$ 3.877 em 31 de dezembro de 2019)

Os parcelamentos de outros Estados a serem pagos pela Companhia em aberto , em 31 de dezembro de 2020 R\$ 2.573, (R\$ 3.876 em 31 de dezembro de 2019).

Assim divididos:

Estado da Bahia - R\$ 2.291

Estado do Espírito Santo – R\$ 256

Estado de Sergipe – R\$ 6

Estado do Tocantins – R\$ 20

Parcelamentos federais

Aderimos a parcelamentos especiais concedidos pela Receita Federal do Brasil - RFB, de débitos administrados pela própria RFB, ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conformidade com as Leis nº 11.941/2009 (Refis da Crise), Lei nº 12.996/2014 (Refis da Copa). O saldo em aberto dos referidos programas de parcelamento federais, em 31 de dezembro de 2020 R\$ 86.442. (R\$ 92.096 em 31 de dezembro de 2019)

21 Obrigações trabalhistas e previdenciárias – controladora e consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões de férias e 13º salário	35.025	32.309
Salários a pagar	15.671	16.108
Provisões para participação nos lucros	1.144	32.164
Obrigações com pessoal a pagar	692	1.610
Contribuições a recolher	219	232
Pensão alimentícia	42	57
Obrigações trabalhistas	52.793	82.480
INSS a recolher	15.858	65.137
FGTS a recolher	2.737	2.736
INSS retido a recolher	1.862	675
Obrigações previdenciárias	20.457	68.548
Total de Obrigações	73.250	151.028

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 783.054 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal, em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 523.132 dividido em 523.131.250 ações.

A reserva de capital com ágio era de R\$ 71.050 em 2020 e 2019.

Em 30 de junho de 2020 foi aprovado um aumento de capital social da Companhia via integralização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 1.530.972, mediante a emissão de 1.530.971.911, novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 totalmente integralizadas pela Grupo SBF S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 foi aprovado um diminuição de capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.200.000.000, sem a diminuição de ações ordinárias nominativas ou participações.

O controle acionário da SBF Comércio, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

2020

Acionista	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.053.333.161	99,96%
Store Engenharia e Instalações LTDA.	770.000	0,04%
	2.054.103.161	100,00%

	2019	
Acionista	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	522.361.250	99,85%
Store Engenharia e Instalações LTDA.	770.000	0,15%
	523.131.250	100,00%

b. Lucro por ações - consolidado

A Companhia calcula o resultado básico por cotas mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ativas ordinárias em circulação para o período.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Numerário básico/diluído - Controladora	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(112.225)	505.082
Média ponderada de ações	1.416.198	523.131
Resultado básico por ação - R\$	(0,08)	0,97

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 64.879 (R\$ 100.896 em 30 de dezembro de 2019). Devido a Companhia apresentar prejuízo em exercícios anteriores, a reserva de incentivo fiscal não foi constituída, porem em 2019 que a Companhia apresentou um lucro e houve a constituição do montante de R\$ 439.031, parte referente ao benefício gerado no exercício e o saldo remanescente para recompor os benefícios recebidos em anos anteriores. Devido ao prejuízo apurado no exercício corrente, houve a reversão desta reserva no montante de R\$ 112.225.

Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro tributável da Companhia.

23 Receita operacional líquida – controladora e consolidado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						

Venda de mercadorias	2.814.132	1.658.764	4.472.896	3.134.149	2.329.909	5.464.058
Prestação de serviços	23.506	38	23.544	9.411	35	9.446
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(678.962)	(275.388)	(954.350)	(741.531)	(390.421)	(1.131.952)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	64.879	-	64.879	100.896	-	100.896
Prestação de serviços	(2.243)	(3)	(2.246)	(953)	(6)	(959)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(26.141)	-	(26.141)	(11.745)	-	(11.745)
Receita líquida de vendas	2.195.171	1.383.411	3.578.582	2.490.227	1.939.517	4.429.744

(i) Veja nota explicativa 22.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

As vendas em atacado são destinadas a empresa Premier Distribuidora, se referem a operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 11.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas) e e-commerce correspondente a seis meses está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Varejo (lojas físicas)	1.760.567	2.504.223
E-Commerce	1.053.565	629.926
Receita Bruta	2.814.132	3.134.149

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita líquida com venda de mercadorias, por região:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sudeste	1.885.775	1.908.051
Nordeste	384.110	521.652
Sul	246.767	355.804
Centro - Oeste	166.906	217.628
Norte	130.574	131.014
Receita bruta de vendas	2.814.132	3.134.149

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de mercadorias	Os clientes obtêm controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. Venda de mercadorias no varejo: A Companhia opera com redes que possuem estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente que ocorre no mesmo momento do pagamento dos produtos em nossas lojas físicas. As vendas no varejo são,	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Nos casos de devolução e troca a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá Portanto, quando relevante, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. Venda de mercadorias através do e-commerce: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador que ocorre na entrega dos produtos no destino escolhido pelo comprador. Os clientes possuem o direito de troca ou devolução de produtos. As mercadorias são trocadas somente por novas mercadorias. Em alguns casos que representam uma parcela extremamente reduzida em nossos negócios, ocorre a devolução do dinheiro ao cliente. A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acúmulo de pontos.	Política de reconhecimento da receita A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data base do balanço.
Prestação de serviços	A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda.. A prestação de serviços de transporte ocorre quando os CTEs - Conhecimento de Transporte Eletrônico são emitidos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida conforme os serviços são prestados sendo que a prestação, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. O preço de venda é individual, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas.

24 Custo das vendas – controladora e consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo da revenda de mercadorias	(1.239.781)	(1.281.751)
Custo da revenda - Atacado	(1.432.949)	(1.905.947)
Custo de fretes e logística	(32.022)	(30.381)
	<u>(2.704.752)</u>	<u>(3.218.079)</u>

Os custo das vendas para empresa Premier Distribuidora são separados na rubrica de “Custos de revenda – Atacado”, se referem operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 11.

25 Despesas por natureza

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
---------------------	--------------------

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(284.097)	(329.293)	(284.097)	(329.293)
Utilidades e serviços	(120.352)	(87.873)	(120.352)	(87.873)
Depreciação de direito de uso	(113.508)	(102.728)	(113.508)	(102.728)
Promoções	(92.169)	(53.849)	(92.169)	(53.849)
Depreciação e amortização	(57.160)	(52.566)	(57.160)	(52.566)
Ocupação	(43.087)	(48.730)	(43.087)	(48.730)
(-) Descontos sobre arrendamentos	44.155	-	44.155	-
Taxa administrativa	(50.563)	(41.694)	(50.563)	(41.694)
Serviços de terceiros	(33.686)	(15.202)	(33.686)	(15.202)
Contingências	-	27.135	-	27.135
Outras despesas	(35.565)	(33.945)	(35.565)	(33.945)
Total das despesas com vendas	(786.032)	(738.745)	(786.032)	(738.745)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(25.634)	(61.146)	(25.617)	(61.146)
Utilidades e serviços	(24.429)	(28.882)	(24.433)	(28.908)
Depreciação e amortização	(38.223)	(37.279)	(38.223)	(37.279)
Serviços de terceiros	(39.949)	(33.094)	(40.461)	(33.511)
Depreciação de direito de uso	(14.839)	(10.173)	(14.839)	(10.173)
Ocupação	(616)	(1.921)	(616)	(1.921)
(-) Descontos sobre arrendamentos	1.953	-	1.953	-
Promoções	(900)	(1.818)	(900)	(1.818)
Contingências	(22.524)	(21.296)	(26.716)	(21.172)
Outras despesas	(35.145)	(12.576)	(35.297)	(13.017)
Total das despesas administrativas	(200.306)	(208.185)	(205.149)	(208.945)

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste a valor presente (AVP)	20.686	26.706	20.686	26.706
Atualização monetária de impostos	49.748	175.338	50.639	175.589
Atualização monetária de depósitos judiciais	185	-	2.070	-
Variação cambial ativa	7.158	2.286	7.158	2.286
Receitas de aplicações financeiras	14.808	3.753	15.049	3.754
Descontos obtidos	68	-	69	-
Juros e multas recebidos	3	3	3	3
Outras	1.896	2.183	1.898	8.245
Receitas financeiras	94.552	210.269	97.572	216.583

Juros sobre contencioso	(16.699)	(3.449)	(15.559)	(4.338)
Juros de arrendamento mercantil	(96.819)	(83.689)	(96.819)	(83.689)
Juros sobre empréstimos	(7.497)	(10.039)	(7.497)	(16.364)
Ajuste a valor presente (AVP)	(16.850)	(24.601)	(16.850)	(24.601)
Juros sobre desconto de duplicatas	(5.643)	(6.490)	(5.643)	(6.490)
Juros sobre atraso de impostos	(11.934)	(7.960)	(11.934)	(7.960)
Tarifas e taxas bancárias	(3.179)	(6.328)	(4.664)	(7.511)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(4.320)	(5.890)	(14.350)	(5.992)
Variação cambial passiva	(5.568)	(2.603)	(5.568)	(2.603)
Juros sobre pagamentos em atraso	(3.915)	(261)	(3.916)	(261)
Juros sobre contratos de mútuos	-	(223)	-	(223)
Outras despesas financeiras	(12.561)	(353)	(11.554)	(2.515)

Impostos sobre operações financeiras	(59)	(125)	(59)	(125)
Despesas financeiras	(185.044)	(152.011)	(194.413)	(162.672)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(90.492)	58.258	(96.841)	53.911

27 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, responsáveis por 98,74% dos recebíveis no balanço da Companhia. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras - Circulante	147.504	83.968	147.504	83.968
Clientes e administradoras de cartões de crédito	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052
Outras contas a receber	14.876	12.988	17.620	17.094
Aplicações financeiras - Não circulante	324	536	324	536
	<u>3.352.685</u>	<u>1.946.998</u>	<u>3.355.429</u>	<u>1.948.650</u>

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Devido a pandemia do Covid-19 a companhia adotou a estratégia de antecipar os recebíveis para aumentar sua liquidez adotando uma postura conservadora diante as incertezas do cenário econômico mundial.

Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. No primeiro trimestre de 2020 a companhia antecipou grande parte destes recebíveis como método de precaução ao cenário econômico, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R\$ 4.241 (R\$ 10.905 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$365.364 (R\$ 338.682 em dezembro de 2019).

Índice de endividamento - consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações a curto prazo	(3.643.670)	(2.199.938)	(3.648.211)	(2.209.574)
Caixas e equivalentes	167.737	104.929	167.964	104.945
Contas a receber de cartão de crédito	3.189.981	1.849.506	3.189.981	1.847.052
	<u>(285.952)</u>	<u>(245.503)</u>	<u>(290.266)</u>	<u>(257.577)</u>
Patrimônio líquido	1.206.164	987.417	1.206.164	987.417
Índice de endividamento líquido	24%	25%	24%	23%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 731.644 (R\$ 802.759 em 31 de dezembro de 2019), ou seja, uma variação negativa de R\$ 71.115.

No período de 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social consolidado de R\$ 207.164 (lucro de R\$ 726.065 no mesmo período de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do período para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 15,6% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,21% a.a..

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	551.444	549.725	354.217	195.508	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	-
Debêntures	226.762	254.842	-	9.381	85.260	160.201	-
Impostos parcelados	148.671	148.671	8.967	40.450	47.401	51.276	577
Arrendamentos a pagar	1.186.070	1.186.070	16.392	93.661	253.436	251.005	571.576
Outras contas a pagar	57.115	57.115	57.115	-	-	-	-
	2.542.187	2.603.390	439.760	444.904	520.110	626.463	572.153
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	653.082	653.082	639.343	13.739	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	34.589	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	185.385	185.385	10.290	44.710	42.448	75.633	12.304
Arrendamentos a pagar	1.144.953	1.144.953	12.882	79.793	171.238	177.651	703.389
Outras contas a pagar	32.439	32.439	32.439	-	-	-	-
	2.050.448	2.051.443	716.824	143.629	217.841	257.253	715.896

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia.

As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	167.737	104.929	167.964	104.945
Aplicações financeiras - não circulantes	324	536	324	536
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(34.589)	(372.125)	(34.589)
Debêntures	(226.762)	-	(226.762)	-
	(430.826)	70.876	(430.599)	70.892

Análise de sensibilidade

Taxa de juros

O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (2%) acrescido de 3,21%, os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	2020	Provável	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	147.828	7.702	9.628	11.553	5.777	3.851
Empréstimos e financiamentos	(372.125)	(19.388)	(24.235)	(29.082)	(14.541)	(9.694)
Debêntures	(226.762)	(11.814)	(14.768)	(17.721)	(8.861)	(5.907)

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 18.

Ativos Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixas e equivalentes de caixa	20.460	20.460	20.977	20.977
Aplicações financeiras	147.828	147.828	84.504	84.504
Contas a receber	3.189.981	3.189.981	1.847.052	1.847.052
Outras contas a receber	17.620	17.620	17.094	17.094
	3.375.889	3.375.889	1.969.627	1.969.627
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	372.125	372.125	34.589	34.589
Debêntures	226.762	226.762	226.762	226.762
Arrendamentos	1.186.070	1.186.070	1.144.953	1.144.953
Fornecedores	3.138.881	3.138.881	1.781.799	1.781.799
Parcelamentos tributários	148.671	148.671	185.385	185.385

5.072.509	5.072.509	3.146.726	3.146.726
-----------	-----------	-----------	-----------

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Ativo	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.460	20.460	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	147.504	-	147.504
Aplicações financeiras	324	-	324
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Debêntures	226.762	-	226.762
Ativo	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.977	20.977	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	-	83.968
Aplicações financeiras	536	-	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	34.589	-	34.589

Análise de sensibilidade das premissas

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem

como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 98,74% do recebíveis da Companhia é cartão de crédito.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Cristiane Silva
CRC 1SP 266056/O-4

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2021.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Claudio de Assis Abreu - Diretor Comercial

Gustavo de Lima Furtado – Diretor de Clientes

Olivia Gryscek - Diretor de Gente e Gestão

Mauricio Nogueira – Diretor de Supply Chain

Marcel de Araújo Viana – Diretor de Inovação e Tecnologia

Thiago Rebelo - Diretor de Operações